

ex 3

BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE
RIO DE JANEIRO, RJ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 28

Junho de 1978

ACUSAÇÕES: PROJETO FAMILIAR E COMPORTAMENTO DESVIANTE

Gilberto Velho



Um dos problemas que mais interessa à antropologia social, quando se defronta com o tema do comportamento desviante, é o da acusação.

Para o antropólogo, interessado em descobrir a lógica das situações e interações sociais, não é possível estudar e compreender os indivíduos como entes isolados. Assim sendo a pessoa apresentada ou definida como doente, delinqüente, transgressora, etc., está desempenhando apenas um dos papéis de uma rede que inclui vários outros que precisam ser também examinados.

Dentro desta linha de trabalho cumpre fugir de uma abordagem que coloque de um lado um indivíduo particular estigmatizado e, de outro, um mundo que ou é aceito, em princípio, como são ou normal ou, na melhor das hipóteses, é posto entre parênteses. A idéia de que uma pessoa não está bem porque «não está bem com ela mesma» pode ser extremamente falaciosa. É neste momento que se torna fundamental a compreensão da situação sócio-cultural da pessoa em pauta. Toda e qualquer percepção ou definição a respeito de anomalias no comportamento é feita a partir de padrões e modelos vigentes em um determinado grupo social que podem estar mais ou menos sustentados por uma linguagem científica. Dir-se-á que se um indivíduo tem um comportamento que viole as expectativas de seu grupo, isto já seria um sintoma de uma perturbação ou desajuste internos. Este raciocínio, aparentemente tão límpido, encobre, na realidade, uma

série de complexos problemas sociológicos e antropológicos. O modelo de um indivíduo normal que está subjacente a esta percepção da vida social é o de um indivíduo bem comportado, ajustado, não contestador, conformista, integrado ao sistema. Ou, quando muito, de uma pessoa «equilibrada» que saiba manifestar suas divergências de uma forma «matura». Há uma série de premissas que precisa ser examinada com atenção. Nenhuma sociedade, por mais simples tecnologicamente, apresenta um consenso absoluto¹. Já não faz sentido em termos de antropologia estimular as fantasias a respeito de paradisíacas sociedades tribais onde as pessoas jamais entrariam em conflito. É evidente que todas as sociedades apresentam formas de controlar os seus conflitos, variando os meios e a eficácia relativa. Mas em toda a vida social existe a permanente possibilidade do dissenso. Assim, em vez de se partir de uma hipotética «normalidade harmoniosa», tem-se que admitir a permanente existência de contradições. Estas podem manifestar-se, em nível mais amplo, em termos de conflito entre os principais grupos constituintes da sociedade — clãs, linhagens, classes, categorias, estratos, etc. Mas manifestam-se também no nível micro-social em termos de conflito entre papéis, como os de filho e pai, marido e mulher, irmão e irmã, etc. É evidente que para a continuidade da sociedade há necessidade de estabelecer mecanismos que acomodem ou conciliem essas diferenças. Assim é que através de rituais, por exemplo, a sociedade encontra fórmulas de enfatizar os seus valores básicos que, obviamente, giram em torno de sua auto-preservação². Numa festa de família está-se enfatizando que, a despeito de possíveis diferenças entre os seus membros, estes estão unidos diante do exterior — «Você pode contar mesmo é com sua família». A importância social de ocasiões como aniversários, batizados, bodas, etc., em parte deve-se a isto. Em termos da sociedade como um todo, pode-se pensar em rituais como o Dia da Pátria, o Dia da Raça, etc., em que essencialmente

¹ Discuto mais este problema em "O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social", no livro *Desvio e Divergência: Uma crítica da Patologia Social*, Rio: Zahar, 1974.

² Sobre isto ver o artigo de Roberto Da Matta "Constraint and Licence: a Preliminary Study of Two Brazilian National Rituals".

está-se reforçando a mesma coisa. Apesar das diferenças regionais, locais, tribais, as pessoas «comungam» em torno de seus valores comuns que permitem a sua distinção e existência como grupo, país, nacionalidade. No entanto, a própria necessidade de repetir regularmente estes rituais, de cumprir um calendário familiar ou nacional, deve-se à permanente possibilidade de dissenso, de ruptura. Isto se dá, essencialmente, devido ao fato da *desigualdade da distribuição de poder* na sociedade³. Porque os indivíduos e os grupos sociais não participam, em princípio, do jogo social com as mesmas possibilidades de influenciá-lo é que sempre existe a possibilidade de alguém ou algum grupo *desviar-se* das regras vigentes e passar a infringi-las sistematicamente. Uma das formas mais comuns disto se manifestar, é a própria recusa em participar dos rituais (familiares, nacionais, etc.), boicotando-os ou ridicularizando-os. Neste momento fica explicitado um *desvio* que pode passar a ser uma *divergência assumida e conscientizada*. Fica patente que a lealdade em relação ao grupo está posta em cheque, pode ter se transferido para outro grupo ou estar, pelo menos, sendo revista. É o caso (tudo nas devidas proporções) de um filho que não comparece ao aniversário do pai ou de um sindicato que boicota uma festa nacional. Embora sejam conflitos de características diferentes, ambos expressam uma posição de repúdio a determinadas regras dominantes e estão abrindo a possibilidade de sua transformação ou reinvenção. A possibilidade disto ocorrer dependerá da capacidade de barganha e, em última análise de *poder* que o indivíduo ou grupo desviante possa dispor. É evidente que não pretendo igualar a relação de um filho com sua família a de um Sindicato com o Estado ou com o governo. Acho, no entanto, importante fazer a analogia mostrando que, embora atuando em dimensões diferentes, ambas as situações têm um significado político, isto é, referem-se a decisões relativas à distribuição do poder social. Nos dois casos há um desvio, embora no primeiro possa ser um ato que se esgote em si mesmo e no segundo implique, em princípio, numa *divergência*, um *desvio assumido e elaborado*. Em princípio, nada im-

³ Para uma exaustiva discussão sobre o conceito de poder social, ver o livro de Richard N. Adams, *Crucifixion by Power*, Austin: University of Texas, 1970, especialmente o primeiro capítulo.

pede que o desvio do filho também possa a vir implicar em uma contestação consciente de sua situação familiar. Ora, no momento em que a regra ou a tradição estiver sendo infringida haverá, certamente, uma reação por parte dos indivíduos ou grupos que se sentirem ameaçados. Isto concretiza-se através de acusações.

A pessoa ou o grupo que transgrediu a expectativa dominante será rotulada e sofrerá sanções. Neste momento coloca-se o problema de um possível conflito aberto. Este não é o caminho inevitável. O desviante poderá ser «reconvertido» sem o uso da força ou poderá ser forçado a submeter-se. Restaria a possibilidade de uma ruptura com conflito declarado, com forças sendo medidas, com disputa aberta pelo poder. Há, no entanto, uma infinidade de possibilidades de lidar com o dissenso e a sociedade humana tem sido pródiga em suas formas. A possibilidade que estive examinando refere-se à quebra de uma regra bastante clara para os membros do grupo. Não comparecer ao aniversário do pai ou boicotar uma data nacional são fatos, em princípio, aberta e declaradamente desviantes. Trata-se de uma situação linear em que os limites do «certo» e do «errado» estariam imediatamente distinguíveis de acordo com as normas dominantes. Ou seja, as acusações de «filho ingrato» «traidor», «desleal», etc., podem ser acionadas sem maiores esforços. Mas as acusações não surgem necessariamente apenas nesta situação. Pode haver toda uma gama de comportamentos que, por sua ambigüidade, possa ser interpretada como sinal de desvio. É certo, inclusive, que um ato de transgressão como os que citei já é o resultado de uma série de desentendimentos e diferenças. Quando um comportamento se define abertamente como desviante, é provável que uma série de transgressões a acusações veladas já tenha ocorrido. Isto se dá, basicamente, porque em qualquer grupo social, por menor ou mais monolítico que seja, existe margem para mais de uma interpretação de como as coisas devem ser feitas e de como as pessoas devem se comportar. Assim, qualquer consenso é sempre relativo e não absoluto. O próprio dinamismo da vida sócio-cultural, gerando novas situações, é que vai criar oportunidades para opções e revisão de decisões tomadas anteriormente⁴. Estas diferenças vão ser

⁴ Acho ainda extremamente frutífera para meus propósitos a distinção que Firth faz entre estrutura e organização social em *Elements of Social Organization*, London: Watts, 1951.

mais ou menos toleradas de acordo com o quadro em que tenham surgido. A capacidade de tolerar interpretações desviantes ou divergentes variará de sociedade para sociedade. As circunstâncias sócio-históricas, o tipo de estrutura e organização social vão definir os limites possíveis. A própria idéia de um pluralismo está, inseparavelmente, associada a uma perspectiva ideológica que define como necessária e saudável a convivência das diferenças e o debate das divergências. Por outro lado, como contra-partida, há o exclusivismo dos sistemas de valores autoritários que, em princípio, não admitem a possibilidade de legitimar tal convivência e debate. O conteúdo destas diferenças pode ser bastante variável: problemas políticos propriamente ditos, estilo de vida, trabalho, lazer, moral, etc. O quadro social de referência pode ser uma sociedade nacional, uma organização burocrática, um hospital, uma escola ou uma família. O fundamental é perceber que de uma forma ou de outra estas situações sociais estão sempre permeadas por relações de dominação-subordinação. Há sempre um papel ou um grupo de papéis dominantes que se definem em relação a papéis subordinados. Esta dominação pode concretizar-se em termos econômicos, simbólicos, políticos propriamente ditos. A legitimação da dominação quase sempre se dá em torno de uma ordem moral, de uma ética, de uma visão de mundo mas, em última análise, mantêm-se através da possibilidade do uso da coerção física, nos termos de Max Weber. É a possibilidade do governo usar a polícia para reprimir uma greve, de um pai castigar um filho desobediente, de um médico enclausurar seu paciente. Portanto, as relações de poder estão presentes em todos os níveis da vida social, não havendo nenhuma área ou setor em que não apareçam explícita ou implicitamente. É bastante conhecido dos psiquiatras o fato de que relações marcadamente neuróticas, exploratórias, comportamentos sádicos, etc., podem aparecer em um contexto familiar através de uma linguagem que escamoteia estes aspectos — «amor materno», «dedicação filial», etc. Mas mesmo não considerando os casos limites, as situações mais óbvias, importa verificar que também no contexto familiar estão presentes as relações de poder. Isto não é bom nem mau, simplesmente é um fato a ser constatado e que é um dos elementos definidores da própria vida social. Pode-se argumentar que existem famílias e famílias. Não há dúvida de que existem diferenças cruciais entre famílias de diferen-



tes sociedades e dentro da mesma sociedade. Mas há certos elementos constitutivos que manifestam-se universalmente. A própria dependência dos mais novos em relação aos mais velhos em termos de subsistência, socialização, etc., é um fenômeno que sempre aparece. No entanto, as possibilidades dos mais novos ganharem autonomia, tornarem-se mais auto-suficientes, terem participação mais ativa nas decisões concernentes a suas vidas, apresentam grandes variações. Em famílias de camadas médias urbanas o tempo de permanência na casa dos pais, e a dependência econômica giram em torno da escolarização e educação do jovem. O filho de camada média, em princípio, levará mais tempo para ingressar no mercado de trabalho. Enquanto isso, os jovens das favelas, por exemplo, desde cedo são compelidos a lutar por sua subsistência e de sua família, desenvolvendo uma relação bastante diferente. O próprio tempo de permanência na escola é bastante limitado, fazendo com que suas carreiras de estudantes contrastem com os de camadas mais altas. Assim é que os pais de camadas médias vão dispor durante mais tempo de poder real sobre a vida de seus filhos, na medida em que estes se afigurem como dependentes. Eis, portanto, uma variável sociológica importante que vai atuar na diferenciação das relações familiares nos dois contextos.

Só se pode compreender a lógica das acusações a partir destas constatações sobre a natureza da distribuição de poder social. em função disso é que se torna possível perguntar: Quem acusa quem? Quando uma pessoa é acusada? Qual a eficácia das acusações?

Existem papéis sociais que permitem a quem os desempenha uma situação de acusador potencial. Há, por exemplo, o professor que dispõe de condições para acusar e estigmatizar seus alunos. É claro que um professor pode ser acusado de incompetente, tirânico, pelos alunos, mas as possibilidades deles conseguirem afastá-los são, de acordo com as regras do jogo, muito menores do que as deles de reprová-los, suspendê-los, expulsá-los. A desigualdade inicial vai marcar os limites e possibilidades da acusação e de seu sucesso. Já começa a surgir um problema que vai ser crucial para esta discussão. De que as pessoas podem ser acusadas?

Basicamente, pessoas que confundem as expectativas dominantes sobre os desempenhos de papéis são consideradas perigosas e estão sujeitas a acusações⁵. Em certas sociedades, o elemento que perturba um determinado contexto pode ser acusado de feiticeiro ou de bruxo⁶. Em sociedades urbanas, complexas, como a em que vivemos, dependendo do grupo social e das circunstâncias, vários tipos de acusação podem ser acionados. Uma das mais estigmatizantes e violentas é aquela relacionada ao equilíbrio emocional do indivíduo, que pode vir a defini-lo como «louco», «doente mental», «maluco», etc. Existe uma série de situações que mereceria ser examinada, mas vou deter-me em uma especificamente. Trata-se do caso de jovens de camadas médias que são encaminhados por suas famílias a psiquiatras e clínicas em função de anomalias de comportamento que seriam indícios de doença ou perturbação mental. As situações que tive oportunidade de observar apresentavam características interessantes. Os jovens em pauta, de uma forma ou de outra, haviam rompido com expectativas consideradas essenciais por seus familiares. O abandono ou o pouco caso pelos estudos aparecia quase sempre como um sintoma alarmante. A recusa em um engajamento numa preparação voltada para um futuro profissional produtivo apareceu como uma constante. A não participação ou o desinteresse por rituais familiares como aniversários, almoços dominicais, visitas a parentes, surgiu também como indicio de um comportamento perturbador. Finalmente, a utilização de tóxicos viria reforçar o quadro, aparecendo, quase sempre, como sintoma definitivo. Em alguns casos surgiam acusações de desvio sexual — homossexualismo, lesbianismo, atribuídos a um estado de perturbação mental. O que importa é que essas pessoas estavam infringindo expectativas e se desviando de um padrão considerado normal ou desejável por seus familiares. A partir desta percepção e da dificuldade de «reconverter» o jovem, todos os tipos possíveis de indícios viriam a reforçar a imagem de doença. Um adolescente que passa parte do dia trancado no quarto, ouvindo música pop, evitando contato com os seus familiares, pode estar dando mais ele-

⁵ Sobre a ambigüidade de papéis num contexto urbano brasileiro, ver o meu artigo "Estigma e Comportamento Desviante em Copacabana", *América Latina*, Ano 14, nº 1/2, janeiro-junho, 1971, Rio de Janeiro.

⁶ Ver Douglas, Mary (org.), *Witchcraft, Confessions and Accusations*, Tavistock Publications, ASA, 1970.

mentos para o seu processo de acusação. A adoção de roupas consideradas extravagantes e a irregularidade de horários, segundo os padrões da família reforçam a idéia de que o filho não está bem. Na maioria dos casos a tentativa de «reconversão» pelos métodos os mais variados, desde pressões mais sutis até interpelações enérgicas, levava inevitavelmente a desentendimentos e brigas. A «rebeldia» é então sinal definitivo de que algo não está bem porque «fulano nunca foi assim». No decorrer deste processo o jovem poderá ir interiorizando uma auto-imagem de anormalidade. Isto talvez não aconteça se, fora de casa, estiver apoiado emocionalmente por um «peer group» que defina o seu comportamento como aceitável e normal. Poderá haver um verdadeiro embate entre as duas visões, colocando a identidade do indivíduo em questão⁷. Não se pode desprezar a capacidade de uma estrutura familiar pressionar os seus membros. Em casos de indivíduos com laços externos menos fortes, não havendo «reconversão» poderá haver uma interiorização da pecha de «maluco», «doente». Um outro mecanismo que aparece nesta situação é identificar os amigos do filho como «más companhias» que o estão desencaminhando, que podem levá-lo à loucura. É a visão epidêmica do comportamento desviante. O isolamento do acusado passa a ser essencial para permitir a sua manipulação. Assim, em vários casos pode-se perceber que o indivíduo assume a acusação desempenhando plenamente o papel de doente. A ida ao psiquiatra ou à clínica, então, já vai se dar após uma série de etapas através das quais delinea-se a acusação. Tem-se estabelecida, na maioria dos casos, a situação de bode expiatório. O jovem acusado passa a ser o portador de mal que concentra toda a problemática das relações familiares, em geral não conscientizadas e percebidas. Passa a ser o depósito de lixo familiar, onde vão ser lançadas todas as ansiedades e dificuldades dos outros membros da família.

Laing, Cooper e outros autores já levantaram uma série de questões em relação a essa problemática, de uma ou de outra forma, identificando situações familiares geradores de doença mental, ou, então, acusando a instituição como um todo, apontando

⁷ Sobre o problema de identidade, fundamental para esta discussão, ver o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, *Um Conceito Antropológico de Identidade*, Fundação Universidade de Brasília, Série Antropologia 6, Brasília, D.F.

a sua falência. O que estou procurando demonstrar é que, embora existam casos limites de famílias especialmente problemáticas, há uma estrutura familiar dada que marca os possíveis limites e fronteiras de seus membros em qualquer situação. As posições estruturais desempenhadas pelos membros da família implicam em tensão latente e na possibilidade de dissenso. Isto, no entanto, é próprio da organização social. A constituição de grupos estáveis implica na alocação de responsabilidades e em uma distribuição social do poder. São desenvolvidos mecanismos que permitam conciliar as diferenças e divergências. Existem, no entanto, situações em que esta conciliação torna-se difícil e desenvolvem-se outros mecanismos que visam isolar ou extirpar comportamentos «excessivamente» desviantes. Nos casos a que me refiro, parece-me surgir uma problemática sociológica que não deveria ser ignorada pelos estudiosos do comportamento individual. As famílias de camada média que observei apresentavam uma característica básica comum. Viviam intensamente o seu projeto de ascensão e mobilidade social. Na maioria dos casos faziam parte de uma camada média ascendente⁸, com fortes aspirações de status. Todos moravam na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e quase todos os pais definiam-se como pessoas que «tinham progredido na vida». Alimentavam vigorosas expectativas em torno de seus filhos. Havia investido na sua educação, procurando colocá-los nos melhores educandários. Diziam «não ter poupado esforços» para que os filhos tivessem as melhores oportunidades. De uma maneira ou de outra, estes os tinham decepcionado. O fato é que a pressão das famílias para que os jovens fossem «pessoas de sucesso» e que «subissem na vida» parece ter sido bastante violenta. É certo que nem todos os filhos de camadas médias ascendentes são internados em hospitais psiquiátricos ou acusados de doentes mentais. Não há dúvida de que existem particularizações nas configurações familiares que acentuam a problemática geral. Da mesma forma, não pretendo negar a existência de problemáticas individuais específicas mais sujeitas ao desencadeamento deste tipo de crise. Quero, apenas, levantar problemas em relação a questões de natureza sócio-antropológica que extrapolam os casos individuais que, em última análise, estão sempre embricados a determinada escala de valores e expectati-

⁸ Ver o trabalho de Pierre Bourdieu, "Condição de Classe e Posição de Classe", em "A Economia das Trocas Simbólicas", seleção de Textos de Bourdieu realizada por Sergio Miceli, São Paulo: Perspectiva, 1974.

vas culturais. Neste caso, pode-se verificar que existe um projeto de ascensão social que preside a dinâmica das relações familiares. Seria o projeto dominante, na medida em que é assumido pelas pessoas que desempenham os papéis familiares com maior parcela de poder. O fato de que um membro da família, no caso mais jovem, não partilhe o mesmo projeto, pode levar a uma crise. Falhando outros mecanismos, a crise poderá ser manipulada em direção ao isolamento do «rebelde», efetivada através da acusação. É preciso perceber que este jovem de camada média não está apenas rejeitando uma escala de valores mas, com maior ou menor consciência, estará tentando optar por um estilo de vida diferente. Esta possibilidade não é invenção individual de uma «mente doente», mas sim uma alternativa dada pelo seu ambiente sócio-cultural. Ou seja, mais uma vez procuro mostrar que uma cultura não é monolítica, mas que dentro de uma sociedade existem visões de mundo concorrentes. Estas diferenças não se dão apenas entre as classes sociais, mas podem efetuar cortes transversais na estrutura de classes e na estratificação social. Um tema fundamental que tem aparecido mais marcadamente entre a juventude é a relativização do valor do trabalho, do sucesso, da produtividade. Sem efetuar um julgamento de valor, é importante não ignorar este fenômeno que implica numa tomada de posição diante da sociedade. Não parece ser coincidência isto aparecer com maior vigor nas famílias de camadas médias ascendentes, onde a expectativa em relação ao comportamento dos filhos é muito orientada em relação a metas de sucesso individual. É importante perceber que daí mesmo surgem condições que tornam necessária a criação de um outro modelo que desenfate esse tipo de meta relacionada a eficácia, trabalho, enriquecimento para sublinhar um outro lado da experiência social. Seria, basicamente, o de uma visão hedonista do mundo, onde o importante seria experimentar intensamente as experiências sensoriais, «curtir», viver o momento presente sem maiores compromissos com projetos e objetivos a longo prazo. Por outro lado, em oposição à tônica individualista do modelo dominante de suas famílias, valorizariam a vida grupal, comunitária. Seria a procura de «comunitas» e a rejeição ideológica da «estrutura», segundo os termos de Victor Turner⁹. O conflito de gerações não

⁹ Ver Turner, Victor, *The Ritual Process. Structure, and Anti-Structure*, Chicago: Aldine.

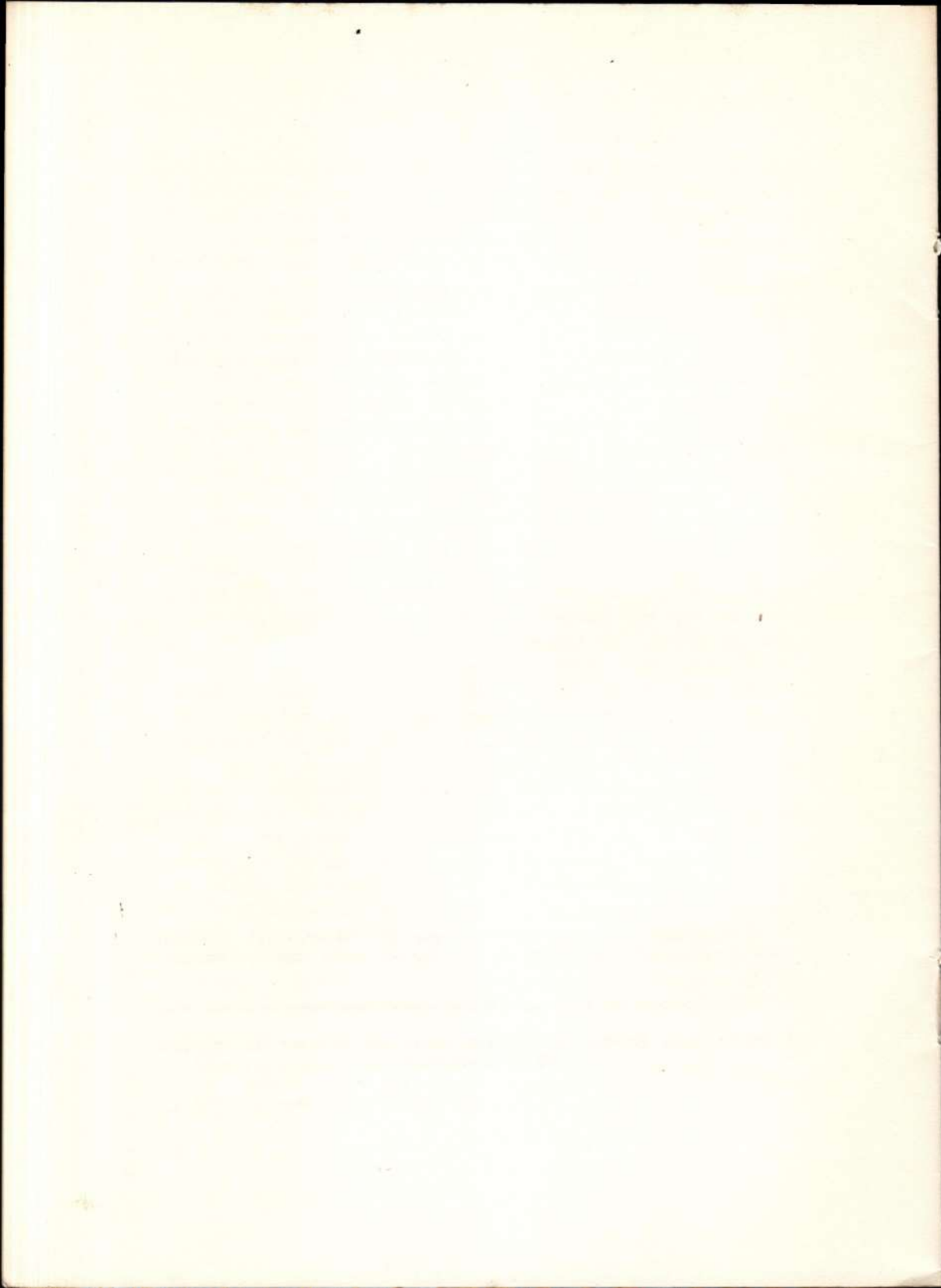
seria, portanto, apenas uma repetição cíclica inevitável de diferenças etárias, mas poderia tornar-se um confronto entre visões de mundo que já não se limitariam, necessariamente, a marcar fronteiras etárias. No confronto das gerações e nas crises familiares parece ficar mais clara esta divergência. Mas é ingênuo limitar o problema a estes níveis. Estamos lidando com percepções divergentes da vida social e não com meros desequilíbrios individuais. Estas diferenças podem se traduzir em *projetos* que impliquem em uma *conduta organizada com objetivos específicos*.¹⁰ Para a realização de seus *projetos*, os atores (indivíduos ou grupos) mobilizam recursos materiais e simbólicos. O acesso e possibilidade de manipulação desses recursos é que dará os limites e âmbito do *poder* envolvido. Não estou dizendo com isto que todo o comportamento relacionado com a execução ou encaminhamento dos projetos seja *consciente* mas sim que de algum modo envolve *decisões* quanto aos modelos culturais existentes em uma sociedade específica. Cabe ao antropólogo e aos estudiosos do comportamento individual relativizar as acusações de doença mental que surjam neste contexto. É preciso estarmos atentos à complexidade da vida social e aos seus processos de mudança para que os nossos modelos de equilíbrio e maturidade não sejam apenas a confirmação de um modelo de comportamento que expresse uma determinada distribuição social do poder. Sem isso será difícil falar em imparcialidade científica, quer em termos antropológicos, quer em psiquiátricos.

¹⁰ Ver Alfred Schutz — *Collected Papers* — The Problem of Social Reality — Martinus Nijhoff — The Hague, 1971.



Este trabalho é uma reedição do que anteriormente foi publicado como Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

A edição deste Boletim foi possível graças aos recursos do Convênio
382 CT/Finep/UFRJ



Composto e impresso nas oficinas
da Cia. Editora Fon-Fon e Seleta,
na Rua Pedro Alves, 60, Centro,
Rio de Janeiro

